

Lições da nossa História

Theotonio dos Santos

Resumo

O texto contém as notas coligidas e empregadas pelo próprio autor em sua conferência, apresentada em tom pessoal, por ocasião da comemoração dos 40 anos da *Teoria da Dependência*, evento especial do XVI Encontro Nacional de Economia Política, realizado em Uberlândia, entre 21 e 24 de junho de 2011. Nele são apresentados alguns elementos da história dessa teoria tão influente nas desventuras dos povos da América Latina. Em especial, são apresentados elementos de sua própria trajetória intelectual no processo de desenvolvê-la como forma de luta intelectual contra a opressão capitalista e imperialista na América Latina.

Palavras-chaves: teoria da dependência; Theotonio dos Santos; desenvolvimento da América Latina; marxismo latino-americano.

Classificação JEL: B24; B51; O10

Em 2003, André Gunder Frank, sentindo a proximidade de sua morte, convidado a participar num histórico encontro da REGGEN no Rio de Janeiro, insistiu em ir até Brasília onde fez, na UnB, importantes declarações sobre as origens da teoria da dependência. Convidado por Darcy Ribeiro a lecionar na recém criada UnB, Frank estabeleceu ali o contato comigo, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini, o que marcou profundamente nossas vidas. Ali ele ofereceu um seminário sobre o “estrutural funcionalismo”, corrente metodológica e de pensamento que dominava as ciências sociais da época e que ele conheceu muito de perto como aluno destacado da Universidade de Chicago, sede desta corrente. Para ele, tal como afirmou nessa conferência histórica, infelizmente não foi gravada, foi neste período em que se forjou a “teoria da dependência”, pois, em nossos debates, aprofundamos a crítica da teoria do desenvolvimento dominante, expressada em clássicos como Rostov (por sinal, seu colega na Universidade de Chicago).

Enquanto a principal referência crítica de Frank era a seminal *Economia Política do Crescimento* de Paul Baran, nós estávamos repassando a leitura de *O Capital*, num seminário onde, além dos três companheiros que Frank contava como seus discípulos, participavam Perseu Abramo, José Albertino Rodrigues, Luiz Fernando Victor, Teodoro Lamounier e outros professores da UnB.

Ao mesmo tempo, Ruy Mauro organizava outro seminário de ciência política num departamento dirigido por Victor Nunes Leal, na época já ministro do Supremo Tribunal, que participava, sempre espremido pelo tempo, nas nossas incursões na história do pensamento político liberal e marxista. Tanto Ruy como eu tínhamos uma relação especial com Guerreiro Ramos e o grupo do ISEB. Lembremo-nos que Álvaro Viciara Pinto dirigia nesta época o ISEB e criara a coleção dos *Cadernos do Povo Brasileiro* para a qual preparei o sexto livro sobre os inimigos do povo brasileiro. O ISEB era uma referência fundamental do pensamento social brasileiro.

Não se deve esquecer também que Darcy Ribeiro fez nesta época um convênio com a CEPAL, para oferecer uma versão condensada do seu curso sobre desenvolvimento econômico, junto com o grupo que Aníbal Pinto organizara no Brasil: Conceição Tavares, Carlos Lessa e Antonio Barros de Castro, entre outros. O debate com este projeto de uma teoria do subdesenvolvimento fora outra experiência muito rica que completava em grande parte o quadro das ciências sociais no Brasil (faltou o grupo de São Paulo, com Florestan Fernandez à frente que eu e Vânia havíamos conhecido e estudado bastante na Faculdade de Economia da Universidade de Minas Gerais e que trazia a ambição de produzir uma síntese entre Marx, Weber e Durkheim). Nunca esquecer que a curta experiência da UnB produzia experiências similares noutros campos: na física, nas artes plásticas, na música, na matemática estávamos cercados do melhor do pensamento e da criação estética brasileira numa rica convivência num campus universitário planejado por Oscar Niemeyer que, além disto, dirigia o Instituto de Artes.

Nesta mesma época, o Brasil explodia intelectual e artisticamente o *Movimento de Cultura Popular da UNE*, com o qual convivíamos estreitamente, o teatro do oprimido, a pedagogia do oprimido do querido Paulo Freire, o *Movimento das Ligas Camponesas* e o *Movimento de*

Cultura Popular que vinham de um Nordeste em ebulição, a bossa nova, o movimento concretista, o teatro brasileiro de comédia, o cinema novo, etc. O Brasil explodia de criatividade, ao mesmo tempo em que avançava democrática e economicamente.

É evidente que neste país pujante não havia lugar para uma ciência social puramente repetitiva dos padrões e das preocupações dos centros de poder da época. Esta inquietação chamava por uma proposta radical de revisão crítica das ciências sociais e humanas em geral e, sem dúvida, a *Universidade de Brasília* era um cenário privilegiado deste processo. André Gunder Frank tinha, pois, razão ao resgatar este momento e agregá-lo na história da teoria da dependência, como o seu verdadeiro ponto de partida.

Mas o passo mais definitivo vai ocorrer no Chile. A derrubada do governo Goulart no Brasil e a imposição de um governo comandado por militares e apoiado, sobretudo, nas forças armadas como instituição – e não em caudilhos militares – chamava a atenção dos estudiosos da América Latina para a emergência de um fenômeno político novo. De fato, a doutrina da contra-insurreição dos Estados Unidos se converteu numa doutrina de intervenção militar na economia e política dos países em desenvolvimento.

Constituíram-se, assim, governos profundamente comprometidos com as corporações multinacionais, com apoio do FMI e do Banco Mundial, das embaixadas norte americanas e dos serviços de inteligência daquele país. Tratava-se de uma ofensiva articulada com as “elites” nacionais aterrorizadas com a ameaça de governos populares nacional-democráticos. O caso de Cuba havia demonstrado inclusive que estas propostas limitadas de melhoria econômica estavam subordinadas à possível eficácia de governos determinados a transformar sua base política substancialmente na direção de uma economia e sociedade socialista.

O programa da *Unidade Popular* chilena assumia estas duas experiências e se propunha a destruir os grandes monopólios e substituí-los por empresas públicas, estatais ou cooperativas ou empresas mistas. Era a primeira vez na história que um governo eleito se propunha a iniciar uma transformação socialista da economia e da sociedade. Projetaram-se para toda a América Latina propostas socialistas de transformação

social mostrando a correção das análises que eu colocara no meu livro de 1967, *Socialismo o Fascismo: El dilema de América Latina*. Ali demonstrava que as novas condições da acumulação de capital em curso na região obrigavam a recorrer a governos de direita baseados no terror de Estado, os quais eu considerava fascistas na medida em que definia o fascismo como “governos de terror do grande capital”.

Num prólogo a uma prometida edição brasileira deste livro muito citado, mas quase totalmente desconhecido no país, coloquei a questão de sua atualidade.

Nos anos 70, a região foi contaminada por regimes de direita apoiados no uso massivo do terror de Estado a serviço não do latifúndio tradicional ou mesmo dos exportadores mineiros e sim do grande capital multinacional que buscava criar uma nova fase de acumulação de capital. Em algumas partes mais avançadas no desenvolvimento industrial como o Brasil, o capital financeiro assumia a liderança deste processo que se complicava com a gigantesca dívida pública forjada pelos compromissos destes regimes com os interesses das multinacionais.

De outro lado, regimes dominados por militares nacionalistas como a revolução peruana, estabelecido em 1968, se propunham a conduzir seus países para o socialismo como única forma de assegurar uma acumulação de capital capaz de superar as mazelas históricas desta situação histórica de dependência estrutural.

Em julho de 1965, depois do golpe de Estado de 1964 no Brasil, publiquei um artigo na *Revista Civilização Brasileira* (nº 31); nele, chamava a atenção sobre a necessidade de analisar este golpe de Estado como parte um movimento histórico mais geral que introduzia a ideologia fascista na configuração de uma nova etapa histórica do capitalismo¹. A tese principal desse artigo afirmava que o golpe de 1964 não era simplesmente, como se pensava, uma reação das forças sociais ligadas ao antigo modelo econômico primário-exportador, contra o avanço da industrialização e dos novos protagonistas sociais que ela trazia através da “substituição de importações”.

Portanto, tratava-se de provar que ele não era simplesmente um golpe militar reacionário e sim uma nova etapa da dominação do grande capital internacional sobre nossa economia. Esta dominação impunha

ao país um modelo de desenvolvimento que aprofundava nossa dependência das corporações multinacionais, aumentava a concentração econômica e rompia mais ou menos fortemente com o velho latifúndio improdutivo para implantar o capitalismo no campo, expandia uma urbanização dependente do capitalismo internacional, e aprofundava uma brutal exclusão ou, como dizíamos na época, uma marginalização social. Já naquele momento chamávamos a atuação para a dificuldade política de conciliar este tipo de desenvolvimento com a democracia.

O projeto modernizador do grande capital internacional apelava para as elites modernizadoras e se sustentava no poder militar como o setor mais organizado e disciplinado destas elites.

Duas complicações saíam desta primeira aproximação de uma nova interpretação do golpe de 1964 que, como dissemos, entrava em confronto mais ou menos claro com as análises dominantes do processo de desenvolvimento.

Primeiramente, ficava claro que estávamos antecipando no Brasil uma tendência internacional, que partia dos centros de poder mundial (comandada pelos Estados Unidos) e se expandia, sobretudo, nas regiões periféricas e semi-periféricas do sistema capitalista mundial. Inaugurava-se uma nova fase política na qual o capital internacional e os capitais locais se uniam para garantir um processo de modernização profundamente antipopular. Pouco tempo depois, nosso companheiro na direção da *Política Operária*², Ruy Mauro Marini, publicaria, no exílio ao qual fomos obrigados, no Chile, no México e outros países, sua análise do sub-imperialismo brasileiro que reforçava este enfoque ao destacar que a expansão do capitalismo industrial brasileiro dava origem à implantação do capital financeiro no país e criava em consequência a tendência à expansão imperialista. Contudo, esta tendência estava contida num contexto internacional no qual o Brasil estava subjugado ao domínio do capital imperialista internacional. Estas tendências imperialistas convertiam-se, assim, num sub-imperialismo que se refletia muito bem, politicamente, nas propostas geopolíticas do general Golbery do Couto e Silva, planejador principal, dentro do Brasil, do golpe de 1964 e do regime que buscava impor no país.

Nossas teses, desenvolvidas em comum, posteriormente, colocavam a necessidade de situar o movimento repressivo triunfante

em 1964 no contexto da expansão do capitalismo mundial e como expressão de sua cara dependente e não nas interpretações que o atribuíam às sobrevivências do feudalismo ou ao atraso econômico.

Em segundo lugar, apontávamos, uma vez mais, para a emergência de um movimento operário³ e um movimento popular de novo tipo que tinha sua base social no avanço do capitalismo nos países periféricos, particularmente na expansão do capitalismo industrial e financeiro nestas áreas da economia mundial

Esta emergência de um novo proletariado industrial, somada à crise do campesinato tradicional devido à introdução massiva do capitalismo no campo; a criação e expansão das populações chamadas marginais ou uma espécie de subproletariado nos grandes centros urbanos; assim como a afirmação de uma classe média sedenta de modernidade e, em geral, dependente dos empregos gerados pelo desenvolvimento econômico (em particular o movimento estudantil refletia esta aspiração de jovens de classe média de converter-se em profissionais modernos, em consonância com o desenvolvimento econômico-social); dentro desta classe média a expansão dos corpos militares que se identificavam com estas aspirações modernizadoras; por fim, a posta em marcha por um movimento feminista que afirmava a libertação de mulher do passado patriarcal e sua Integração no projeto de modernização sócio-econômico em marcha, tudo isto formava um novo quadro socioeconômico que enquadrava as lutas sociais do período.

Contudo, este conjunto de forças sociais emergentes não cabia no mediocre caminho de um capitalismo dependente, concentrador e excludente. Elas tendiam a aliar-se com as reivindicações nacionalistas, socialmente avançadas, que a classe trabalhadora em ascensão impulsionava. Do lado da classe dominante, mesmo do novo setor industrial nacional, tendia-se à repressão e a garantir uma acumulação de capital subordinada ao capital internacional, para conter o lado popular desta nova fase do capitalismo. Ao constatar a vacilação das classes dominante, erguia-se um processo de radicalização política e social das amplas camadas populares e de importantes setores de classe média.

Estavam configurados assim os elementos do meu trabalho posterior que recebeu sua forma final no livro sobre *Socialismo ou Fascismo: O Dilema da América Latina*. O qual se articulou posteriormente com

os nossos estudos sobre o novo caráter da dependência, dando origem à versão mais ampla que corresponde a esse prólogo, sob o título de *Socialismo ou Fascismo: o Novo Caráter da Dependência e o Dilema Latino-americano*.

Trata-se de uma história intelectual profundamente implicada no processo socioeconômico que pretendíamos explicar:

Depois de completar, no princípio de 1964, minha dissertação de mestrado no departamento de Ciências Políticas da Universidade de Brasília, *Classes Sociais no Brasil: os Proprietários*⁴ – após ter sido demitido na UnB e condenado pelo tribunal de exceção de Brasília a quatro anos de prisão, me encontrava na clandestinidade em São Paulo, entre 1964 e 1966 – iniciei um estudo aprofundado sobre a economia internacional que deu origem a um livro sobre a crise brasileira que entreguei à Editora Civilização Brasileira, que havia publicado meu primeiro livro⁵ sobre *Quais são os Inimigos do Povo*, com excelente venda para época.

Enio Silveira, diretor e alma dessa editora heróica, uma das poucas que continuava a editar literatura de esquerda sob o regime militar, me informou, um pouco antes do meu exílio em 1966, que o livro recebera três pareceres excepcionalmente muito contraditórios. Um parecerista o recomendava entusiasticamente enquanto outro se opunha radicalmente à sua publicação e um terceiro se colocava neutro. Vetada assim a sua publicação no Brasil só fui a retomar o livro já no exílio, no Chile, em 1966.

Foi nesta oportunidade que comecei a verificar que o processo antidemocrático na política, contrário às reformas estruturais no econômico que se apresentava no Brasil, era uma amostra do que tendia a ocorrer em toda a América Latina. O golpe de Onganía na Argentina apontava na mesma direção. Mais tarde pude observar que se tratava de uma tendência geral no Terceiro Mundo. Em 1966, a sangrenta derrubada de Sukarno na Indonésia mostrava que esta tendência se apresentava cada vez de maneira mais dramática. A ultra-direita brasileira já anunciava esta constatação e enchia os muros do país com as inscrições que chamavam a uma Jacarta no Brasil (mencionava-se, assim, a capital da Indonésia, cujo golpe militar tinha assassinado perto de um milhão de pessoas).

Foi assim que pude elaborar a argumentação básica deste livro que foi publicado primeiramente no Chile, e depois em edições

clandestinas em toda América Latina⁶. Em 1966, iniciei no *Centro de Estudios Socioeconómicos* da Universidade do Chile (CESO) uma ampla pesquisa sobre relações de dependência⁷ e publiquei, em 1967, um caderno do CESO sobre *O Novo Caráter de Dependência*, no qual aprofundei muitas das teses incorporadas à primeira versão de *Socialismo ou Fascismo*.

Dado o êxito deste livro, editores italianos me pediram para publicar uma edição mais ampla do mesmo. Assim, resolvi unir os dois livros com várias modificações dando origem a um novo livro que assumiu o título de *Socialismo o Fascismo: El nuevo carácter de la Dependência y el Dilema Latinoamericano*. Ele foi publicado em 1969, em Santiago do Chile, pela editora PLA. Imediatamente se publicou na Argentina uma edição da Editorial Periferia que se converteu em texto básico da Universidade de Buenos Aires. Outras edições “piratas” foram publicadas em vários países.

Na Itália, este livro foi editado por Jaca Book sob o título de *Struttura politico economica della Crisi latinoamericana*, como parte da coleção *Saggi per una conoscenza della transizione*. Nesta coleção, reuniam-se os livros de Samir Amin, Hosea Jaffe, Andre Gunder Frank e outros que anunciavam um novo enfoque da economia política, capaz de pensar um processo capitalista de acumulação mundial e, conseqüentemente, um longo processo global de transição para o socialismo. Segundo o autor da “nota da edição” do livro *A face interna dos países da América Latina*, este não é uma conseqüência de fatores externos e sim um modo peculiar de estruturação da acumulação em escala mundial. Nesta nota editorial, chamava-se a atenção para dimensão global do meu enfoque e o quanto ele é parte da articulação de uma teoria do sistema mundial que Inmanuel Wallerstein vai protagonizar na década de 70 e 80, sem deixar de reconhecer a sua dívida para com os trabalhos meus e de Andre Gunder Frank⁸.

Já, em 1977, Maria Patrícia Fernandez Kelly, da Rutgers University, mostrava, num número especial de uma influente publicação dos cientistas sociais radicais norte-americanos, a relação entre minhas reflexões sobre socialismo ou fascismo e a teoria do sistema mundial e mais especificamente, com as reflexões do grupo althusseriano⁹.

Apesar de algumas incompreensões sobre a minha visão do fascismo em geral e particularmente nas condições de dependência,

Kelly terminou por aceitar que “ambos os trabalhos (o meu e o de Poulantzas) deveriam ser considerados como tentativas sérias de entender a organização interna das formações sociais, assim como dos fatores externos que as afetavam. Assim, escreveu: “Poulantzas e Dos Santos nos entregaram informação sobre a dinâmica do capitalismo (e do imperialismo) desde uma perspectiva macroestrutural”. Ela esperava que aprofundássemos nosso enfoque do imperialismo e do capitalismo mundial. Meu livro *Imperialismo y Dependência* buscava preencher em parte esta lacuna e, da mesma forma, meus trabalhos posteriores sobre a revolução científico-técnica e a crise capitalista mundial¹⁰.

Em 1978, Enrique Dussel, cuja obra teórica vinha ganhando dimensões cada vez mais profundas¹¹, pediu-me para preparar uma edição mexicana de *Socialismo o Fascismo*, a qual se publicou neste mesmo ano (esgotando-se rapidamente).

Estávamos no auge da barbárie fascista na região. Pinochet no Chile e os militares de direita argentinos aproximavam muito densamente nossa experiência política do que havíamos caracterizado como um fascismo dependente. Por outro lado, experiências como o governo Allende no Chile nos aproximavam claramente de uma perspectiva socialista na região. Infelizmente, os dados reforçavam o perigo da ameaça fascista. Daí que eu afirmasse no prólogo à edição mexicana que “teria preferido mil vezes ter me equivocado”.

A edição mexicana incorporou várias atualizações que buscavam desenvolver as teses centrais do livro. Hoje, 33 anos depois, parece que nossas análises teriam sido superadas. De um lado, o fascismo foi desarmado por uma vasta frente, a qual incluiu a política externa norte americana. Contudo eu já anunciava esta tendência a partir de 1973. O governo dos Estados Unidos e os seus formuladores da sua política internacional já começaram a duvidar das vantagens de sua política de governos militares de segurança nacional, desde 1968, quando o grupo pró-estadunidense que comandava o golpe de Estado no Brasil foi afastado do poder pelos chamados militares nacionalistas de direita com “o golpe dentro do golpe” em 1968. Para surpresa das camadas liberais e dos próprios golpistas, a “eleição” realizada dentro das forças armadas para indicar o novo presidente escolheu o general Albuquerque Lima, o qual era considerado um nacionalista radical pró-peruano. A junta

militar desrespeitou o resultado da consulta interna e rejeitou o general Albuquerque Lima com a cinica justificativa de que este general tinha somente três estrelas e não podia comandar generais de quatro estrelas.

Na verdade, a auto designada “revolução” revelou a existência de uma corrente militar majoritária nacionalista, anti-imperialista e até com tendências socialistas que se espraiava por toda América Latina. Um exemplo: o general Mercado Jarrin, criador do CINANOS, que pretendia criar um movimento ideológico popular dentro da revolução Peruana, em entrevista para o semanário Chile Hoy, no Chile de Allende, me indicou como a sua principal influencia intelectual. Este livro, *Socialismo o Fascismo*, era um dos que circulavam na formação da elite militar peruana. Desta forma, o general Velasco Alvarado era líder não só de um processo de transformação social e econômico fundamental, mas pretendia levar às últimas conseqüências o processo revolucionário que iniciara. O Pentágono não entendia o que se passava. Diga-se de passagem, que grande parte da esquerda latino-americana também não entendia.

Por isso, o politólogo Einaudi veio analisar esta situação para a Rand Corporation, em 1969. Sua conclusão foi muito clara: as forças armadas estavam em geral comprometidas com objetivos de segurança nacional, os quais entravam em choque com as empresas transnacionais cujos interesses fundamentavam a política e a ideologia da doutrina de segurança nacional do Pentágono. As forças armadas se revelaram assim um perigoso aliado que havia de fazer voltar aos quartéis. Os acontecimentos na Argentina precipitaram estas constatações. A retomada das Malvinas pelo governo militar de direita foi respondida com decisão pelos Estados Unidos apoiando incondicionalmente a ação militar inglesa que retomou as Malvinas com violência implacável.

A direita militar viu, assim, romper em pedaços sua base ideológica: a doutrina da segurança militar interamericana americana. Como as forças populares haviam afirmado várias vezes a doutrina Monroe “as Américas para os Americanos” que servira de base ao Acordo militar do pós-guerra era falsa. Os imperialistas estadunidenses eram aliados incondicionais de seus amigos dos países desenvolvidos, onde estava a maior parte dos seus investimentos.

Estava lançada definitivamente a semente da discórdia. A direita militar saía do controle dos Estados Unidos. Renascia o nacionalismo

militar com Torrijos, no Panamá, com Torres na Bolívia e tantos outros que pareciam fugir totalmente do controle norte americano. Segundo nossas análises, esta era a razão para os Estados Unidos buscarem um novo rumo político na região. Surgiriam então os processos de “abertura democrática” que teve no Brasil uma prática mais coerente. Tratava-se de estabelecer processos de reforma constitucional, devidamente controladas, que pregavam o restabelecimento de “democracias” liberais com exclusão dos movimentos populistas, comunistas e socialistas. Contudo as “aberturas” políticas não puderam circunscrever-se a este plano “moderado”. Os processos políticos da região foram assumindo um caráter democrático cada vez mais radical e criaram-se as condições para movimentos políticos regionais muito mais à esquerda do que se pretendia.

A assembléia constituinte no Brasil foi um começo de rebelião que conduziu no seu final a um reagrupamento da direita (chamado “centrão”) que evitou que se pusesse em prática grande parte das propostas constitucionais mais radicais. Foi necessária uma nova união da direita com o centro para inviabilizar a regulamentação de vários capítulos constitucionais.

Por toda parte se pretendeu manter a região sob domínio deste tipo de frentes que teve na “Concertación” chilena (união entre os socialistas e os democratas cristãos) um de seus modelos mais recomendados. Os modelos foram, contudo, rompendo-se pouco a pouco na década de 90 e, no início do novo milênio, o movimento popular retomou a ofensiva na América Latina.

A situação se fez mais grave na ponta do processo democrático latino americano: na Venezuela, que alcançara uma democracia aparentemente estável em 1958, aparece um líder militar com forte suporte de massas que, eleito para presidente em 1998, depois de quatro anos de tentativas de negociação de um processo de transformações moderadas, mas conseqüentes enfrenta um golpe de Estado e vê-se na condição de radicalizar seu governo e retoma o socialismo como meta histórica. O comandante Hugo Chávez inicia uma polarização regional na direção do socialismo, ideal que a direita e o próprio centro pensavam haver eliminado. O líder republicano Thiers anunciou o “fim do comunismo” depois que suas tropas (apoiadas pelos invasores alemães!) afogaram em sangue a Comuna de Paris. Quantos monarquistas não tinham já

anunciado o fim da democracia liberal e da República com a derrota da Revolução Francesa, no princípio do século XIX? Quantos agora não nos anunciam o fim da história... e portanto do socialismo e da dialética? Quantos não anunciaram o fim do dilema entre socialismo ou fascismo?

Que os leitores brasileiros saibam que este livro não foi traduzido em português como a maior parte da minha obra produzida no exílio. Não havia clima para estas análises tão cruas e tão marcadas por um horizonte histórico pós-capitalista. As coisas começam a mudar numa América Latina que apresenta um quadro de forças de esquerda em ascensão, enquanto medidas contra-revolucionárias avançam em várias partes anunciando confrontações perigosas para uma região que aspira sua unidade e integração. Esta só será possível, contudo, num contexto de avanço democrático, com a afirmação da soberania nacional de cada país e da independência de toda região.

A questão "socialismo ou fascismo" está outra vez no horizonte ideológico da região.¹² Talvez a leitura deste livro possa ajudar a compreender porque este quadro se esboça outra vez no continente. Agora, com mais força e profundidade, apesar de todos os recuos ideológicos implantados pelo terror econômico, político e intelectual que o chamado "pensamento único" neoliberal implantou, apoiado nas botas dos militares que traíram seu compromisso patriótico. O nosso povo ressurgiu das cinzas e se coloca outra vez no centro de nossa história, colocando-se mais além da ofensiva anterior, pois a reação não aceitou as mais moderadas conquistas das camadas populares e tem na repressão o seu único e definitivo instrumento para conservar o poder.

Queiramos ou não, os ataques da direita conduzem ao radicalismo, fazendo ruir nossas esperanças de mudanças pacíficas sem maiores violências de ambas as partes. O importante é a união das grandes majorias e sua disposição de avançar firmemente para uma sociedade mais justa e humana. Os inimigos determinarão a forma que assumirá esta luta à qual os povos não podem renunciar como condição para garantir o futuro da humanidade.

Abstract

The text contains the notes collected and used by the author for his personalized lecture presented on the occasion of the commemoration of 40 years of Dependency

Theory, special event of the XVI National Meeting of Political Economy, held in Uberlândia, between 21 and 24 June 2011. Besides, this paper presents some elements of this theory history so remarkable in the misadventures of Latin America's people. In particular, it presents some elements of his own intellectual trajectory in the process of developing the main ideas of Dependency Theory, a form of intellectual struggle against capitalist and imperialist oppression in Latin-America.

Keywords: Dependency Theory; Theotonio dos Santos; Latin-American development, Latin-American Marxism.

Notas

¹ Theotonio Júnior, *A Ideologia Fascista no Brasil*. In: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n° 3, p. 51-64. Na primeira fase de minha atividade literária, assinava Theotonio Júnior. Somente a partir do meu exílio, em 1966, passei a assinar Theotonio dos Santos. Este artigo foi publicado em castelhano no semanário uruguaio *Marcha*, de grande difusão em toda a região.

² Em 1966, Ruy Mauro Marini se exilou no México depois de sair da prisão, realizada pelo CENIMAR (centro de inteligência da Marinha brasileira), em 1965. Além da sua publicação no México, foi editado no Chile na revista do Partido Socialista Chileno.

³ Ver Theotonio Júnior - O movimento operário no Brasil. In: *Revista Brasiliense*, n° 39, jan.-fev. 1962.

⁴ Este trabalho só foi editado em espanhol pelos estudantes da Universidade de Concepción, no Chile, em 1966. Contudo, sua versão em português circulou clandestinamente no Brasil.

⁵ O meu livro sobre *Quais são os inimigos do povo*, publicado pela Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, em 1963, resumiu em grandes parte os estudos realizados para a produção a minha dissertação de mestrado.

⁶ Tenho em minhas mãos a edição peruana mimeografada, de 1969, que me presenteou José R. Bessa, em 14/05/1996. Era uma edição conjunta dos estudantes de medicina de Universidade de São Marcos (da qual recebi o título de doutor honoris causa, em 2009) e do centro federado de estudantes de Ciências Sociais da Universidade Católica. Tenho informações sobre várias edições clandestinas na região, mas não disponho de exemplares das mesmas. Um artigo que resume minhas teses neste livro foi editada em inglês pela revista *Insurgent Sociologist*, da Universidade de Oregon, e amplamente divulgado.

⁷ A equipe de pesquisa sobre as relações de dependência e os pesquisadores que se reuniram através dela, no CESO (Vânia Bambirra, Orlando Caputto, Roberto Pizarro, Sergio Ramos e outros) produziram vários livros que marcaram com grande força as ciências sociais na América Latina e em todos os continentes. Vejam o balanço que realizei sobre este período no livro *Teoria da Dependência: Balanço e Perspectiva*, Editora e Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.

⁸ Ver o meu artigo *World System: on the Genesis of a Concept*, escrito para o *Festschrift for Immanuel Wallerstein, part I*. In: *Journal of World Systems Research*, vol. VI, number 2, Summer/fall, 2000. Devo assinalar a recepção extremamente favorável de Immanuel a este artigo.

⁹ Veja-se o artigo de Maria Fernandez Kelly, Dos Santos and Poulantzas on Fascism, Imperialism and the State. In: *The Insurgent Sociologist*, vol. VII (2), Spring, 1977.

¹⁰ Sobre a economia política da revolução científico-técnica publiquei vários livros e trabalhos: a) *Forças produtivas e relações de produção*. Petrópolis: Vozes, 1983; b) *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 1986; c) *Revolução científico-técnica e acumulação de capital*. Petrópolis: Vozes, 1986; d) *Revolução científico-técnica, divisão internacional do trabalho e o sistema econômico mundial*. Vitória: Cadernos Ange, 1984.

¹¹ A presente edição em português é traduzida da seguinte edição atualizada: *Socialismo o Fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. México: Edicol, 1978.

¹² Ver meu livro *Do Terror à Esperança: Auge e Decadência do Neoliberalismo*. Aparecida: Idéias & Letras, 2004. Nele analiso em detalhe e creio em profundidade a experiência histórica do pensamento único. A edição venezuelana deste livro está disponível por internet no sítio da editora: Monte Ávila Editora.